

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

ATA Nº 163 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA  
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)  
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito aos Deputados Benedito Pinto e Eliene que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E ELIENE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.  
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 02:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 14/99, da Presidenta do DETRAN, em resposta ao Requerimento nº 113/98, de autoria do Deputado Benedito Pinto; Ofício nº 002/99, do Presidente do INDEA-MT, encaminhando Informe Semestral de Campo-TC-2, referente à etapa de vacinação contra febre aftosa; Ofícios do Presidente da AAPA - Associação Ambientalista dos Empresários de Turismo da Bacia Pantaneira, solicitando atenção especial dos Deputados quando da apreciação da Lei da Pesca; Ofício nº 645/98, do Vice-Presidente do SINTEP-MT, Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso, solicitando dos Deputados o voto pela supressão do Artigo 2º, do Projeto de Lei Complementar encaminhando pela Mensagem nº 34/98; Ofício nº 022/98, do Chefe da Divisão de Tributação da Prefeitura de Novo São Joaquim, solicitando informações sobre a situação de criação do Município de Santo Antônio do Leste; e ainda os Ofícios nºs: 004, 006, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018 e 020, todos do Secretário Chefe da Casa Civil, em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos ao Grande Expediente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Peço a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de quinze minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós acabamos de nos reunir no Colégio de Líderes. A proposta, aliás, as propostas apresentadas no Colégio de Líderes foram três: a primeira delas foi uma proposta minha, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que prorrogava a convocação das Sessões Extraordinárias para apreciarmos os Projetos elencados na convocação extraordinária feita pelo Poder Executivo. A segunda proposta foi do Deputado Amador Tut, que concordava, em parte, com esta proposta, mas eliminava as Sessões de sexta-feira, seriam feitas Sessões apenas de terça-feira até quinta-feira. E a terceira e última proposta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foi a vencedora, pela maioria do Colégio de Líderes, foi de que votássemos todas as matérias em questão até amanhã.

Obviamente, cada Bancada, cada Parlamentar, vai votar de acordo com a orientação partidária ou a consciência. O tempo que nós havíamos pedido, para que se levasse mais adiante a convocação, era exatamente para se esgotar todas as possibilidades de diálogo com o Governo, no sentido de se retirar a Mensagem nº 34, que é a Mensagem da Previdência.

Não sendo possível - e o seu porta-voz aqui, o Líder do Governo, Deputado Ricarte de Freitas, nos levou a concordar com a maioria e votar essa matéria -, eu pediria em nome da Oposição que as duas matérias, a do Precatório e a da Previdência, Sr. Presidente, não fossem votadas hoje. É um pedido que V. Ex.<sup>a</sup> pode deferir ou indeferir, mas nós gostaríamos de contar com este aporte da Presidência.

E dizer também que nós ficamos sensibilizados com o apelo do Deputado Wilson Santos, que realmente está com o seu filho menor doente e bastante preocupado no nosso meio, precisando dar assistência à família. Levamos em consideração, principalmente em função do Deputado Wilson Santos, que vai deixar aqui, como eu já disse outras vezes, um trabalho parlamentar digno do mandato que agora lhe vai ser conferido de Deputado Federal.

Nós analisamos todas as matérias durante esse tempo de discussão. Conversamos com colegas de Bancada... Eu, por exemplo, juntamente com os Deputados Benedito Pinto, Moisés Feltrin, Amador Tut, José Lacerda, Lincoln Saggin e outros companheiros exaustivamente participamos dos debates, das reuniões com os técnicos do Governo. Então, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, através do seu Presidente, Deputado Nico Baracat, em boa hora abriu as discussões dos Projetos, na Comissão de Constituição e Justiça, para a sociedade

Queremos aqui louvar a ação do Governo por ter colocado à disposição dos Deputados da Assembléia Legislativa, pela primeira vez, de uma forma inclusive disciplinada, os técnicos do Governo para realizar os debates. Eu diria que esta é uma prática que nós temos que renovar a partir desta Legislatura. Por quê? Porque muitos projetos, que a Oposição às vezes achava que eram prejudiciais, principalmente ao trabalhador, como o caso do DETRAN, com a vinda da técnica aqui, Sr.<sup>a</sup> Valéria Thomé, ela nos mostrou, com dados, o contrário. Nós votamos aqui uma tabela inferior à tabela de taxas que votamos aqui no ano de 1997.

Então, a presença dos técnicos do Governo, a abertura que a Presidência da Assembléia, através do Deputado Riva, nos deu oportunidade de discutirmos, inclusive lá na Sala da Presidência, com os técnicos, as técnicas e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

Maurício Magalhães, que esteve conosco todas as vezes em que o convocamos. Obviamente, nem sempre concordamos com o Secretário-Chefe da Casa Civil, mas, diga-se de passagem, tivemos aqui um relacionamento espetacular e digno de um Secretário-Chefe de Casa Civil, como há muito tempo eu não via num Governo. Aliás, o Dr. Maurício tem, na Oposição, um respeito muito grande, exatamente por estar aqui quando precisamos.

Recebemos também a visita do Secretário de Segurança, Dr. Hilário Mozer, do Comandante da Polícia Militar, Coronel Renato, e obviamente a sociedade... O Deputado Benedito Pinto me lembra bem que o Coronel Renato teve um embate histórico no Banco do Brasil, recentemente...

E eu dizia que esses debates aqui, com a presença dessas autoridades, enriqueceram os projetos. Eu quero louvar, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, o esforço de todos os Deputados, mas eu gostaria de fazer uma referência elogiosa aos companheiros da Oposição nesta Casa, o Deputado José Lacerda e o Deputado Paulo Moura. Diuturnamente esses dois Deputados se dedicaram a estudar esses projetos, juntamente com os técnicos do Governo e os membros da Comissão, e fizeram um trabalho que enriqueceu o Parlamento Mato-grossense.

Enquanto o Deputado Benedito Pinto, o Deputado Humberto Bosaipo e outros companheiros cuidavam da questão administrativa da Casa - ajudando o Presidente e o 1º Secretário -, nós pudemos ter, através do Deputado José Lacerda e do Deputado Paulo Moura, esse intercâmbio tão necessário com outros Poderes. Eu estive, juntamente com o Deputado Paulo Moura e com o Deputado José Lacerda, no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça. Ontem mesmo estivemos no Tribunal de Justiça, o Deputado Benedito Pinto e eu, exatamente debatendo a Mensagem n° 34 e a Mensagem n° 36.

Houve, durante esta convocação extraordinária, um estreitamento de relacionamento, inclusive com o Dr. Antônio Hans, que é o Procurador-Geral de Justiça. Este é o Parlamento necessário para o Estado de Mato Grosso, um Parlamento em que os Poderes podem se abrir, em que nós podemos chegar num entendimento.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> elencasse na Ordem do Dia aquelas matérias em que há consenso entre as Lideranças Partidárias.

E fazemos um apelo ao Líder do Governo, Deputado Ricarte de Freitas... A Oposição tem apresentado emendas em quase todos os projetos, e normalmente a emenda, quando sai daqui, no momento do autógrafo, não tem o mesmo tratamento que teve na negociação com a Casa Civil, porque este autógrafo é remetido imediatamente para a Procuradoria, que desconhece, às vezes, os acordos feitos aqui para a aprovação de emendas. E aportam aqui diversos vetos, às vezes até contrariando uma negociação que foi feita para se aprovar as emendas.

Como ocorreu, por exemplo, conforme denunciado pelo Deputado Nico Baracat, com a supressão de um artigo na Lei do ICMS, exatamente porque, às vezes, não há uma consonância entre a Procuradoria-Geral, a Casa Civil e a Assembléia Legislativa. E seria de bom alvitre, ilustre Líder, que a Casa Civil chamasse para si um Procurador para tratar de assuntos parlamentares junto ao Gabinete da Casa Civil, e que trouxesse esse Procurador, sempre que possível, nas negociações da Assembléia Legislativa, para se evitar o desconforto de o Governador ter que mandar retificar matérias no Diário Oficial, por erro, por ignorância ou por incompetência de técnicos que, às vezes, estão fora da negociação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

E essa prática de manter contato - e eu vou fazer o possível, na próxima legislatura, que começa a partir do dia 1<sup>a</sup> de fevereiro, para que essa prática seja constante -, de trazer para cá o Procurador, os procuradores, os técnicos da área política do Governo para que, juntamente com a área política da Assembléia Legislativa, possamos discutir os nossos projetos e não termos esse problema de relacionamento. Porque o relacionamento com o Poder Executivo... Pelo menos, nós tratamos em altíssimo nível, nós tratamos o Poder Executivo com respeito.

Obviamente, as nossas posições ideológicas, as nossas posições partidárias, os nossos votos em relação às mensagens do Poder Executivo, isso cabe a cada um dos Parlamentares.

Eu quero aproveitar para encerrar, Sr. Presidente, dizendo que no curto espaço em que o Deputado Ricarte de Freitas assumiu a Liderança do Governo, ele conseguiu reaglutinar, de uma forma conquistadora, de uma forma leve, de uma forma respeitosa, um relacionamento que sempre houve aqui com a Liderança do Governo. Ora, há momentos em que o Líder do Governo - eu já fui Líder do Governo - tem vontade de perder a paciência e, às vezes, até de deixar o debate ou discussão. Não é fácil defender o Governo, eu sei disso! Não é fácil! Às vezes, nós temos que nos curvar, enquanto Líder, a uma posição governamental contrária aos nossos princípios políticos.

Mas, em nome da unidade de um grupo, em nome da lealdade ao Governador, eu sei que V. Ex<sup>a</sup>, às vezes, deve ter sentido esse conflito interior, mas superado exatamente pelo preparo intelectual, pela honestidade com que o Deputado Ricarte de Freitas sempre tratou os problemas aqui desta Casa e, principalmente, o respeito que demonstrou para com a Oposição.

Então, Deputado Ricarte de Freitas, eu acho que esse é o relacionamento ideal. Que se continue tratando assim este Parlamento! Sei que V. Ex<sup>a</sup> sai daqui enriquecido, para assumir uma nova função Parlamentar. Eu espero mesmo que V. Ex<sup>a</sup> volte sempre aqui. Nós estaremos continuando a nossa jornada de Deputado Estadual, todos nós reeleitos. E alguns novatos, experientes políticos, mas líderes novos, e nós queremos aprender com eles quando chegarem aqui no Parlamento, até para nos reciclarmos. E Cuiabá elegeu alguns vereadores, alguns líderes do interior também, e nós estamos esperando aportar aqui essas novas cabeças, essas novas inteligências para que nós possamos com eles aprender e nos reciclar.

Mas, Deputado Ricarte de Freitas, fica aqui a nossa posição, respeitando, inclusive, também um pedido de V. Ex<sup>a</sup> que tem que se ausentar para cumprir...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ...a sua missão de Deputado Federal.

Apenas encaminho o pedido de que as duas matérias - a matéria dos Precatórios, que é a Mensagem nº 36/98, e a Mensagem nº 34/98 - não sejam votadas hoje, que nós possamos voltá-las amanhã. As outras matérias vão ficar a critério do Presidente e do Colégio de Líderes, conforme a discussão que teremos aqui hoje. Muito obrigado.

O Sr. Ricarte de Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Ricarte de Freitas, que dispõe de quinze minutos.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, Deputado Riva, Srs. Deputados, mais uma vez esta Casa faz prevalecer o bom senso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

Eu quero, de público, reconhecer e parabenizar o gesto, a atitude do Deputado Humberto Bosaipo, que fez uma colocação aqui ontem, como Líder da Oposição, sugerindo - e colocando até de uma forma que deixou muita gente preocupada, inclusive o próprio Deputado Wilson Santos - a possibilidade de suspender a apreciação das matérias ainda dentro do período da Convocação Extraordinária, protelando-as para um novo período em que a Assembléia faria uma convocação.

Ele aceitou, porém, como democrata que é, antes mesmo de ir para a reunião do Colégio de Líderes - isso é preciso que fique bem claro -, depois de uma conversa que tivemos ali naquele canto, onde estão o Deputado Wilson Santos e a Deputada Serys Silhessarenko, que se deixasse para discutir hoje, no Colégio de Líderes, essa proposta de alterar ou não o calendário. Até porque, com algumas dúvidas, ele concordava... Antes de fechar a posição, ele concordava, desde que fossem entregues a ele algumas informações a respeito da Mensagem nº 34.

Mas o que mais prevaleceu na reunião de hoje... E aí é que eu quero enaltecer o caráter democrático do Deputado Humberto Bosaipo, quando a Bancada que ele lidera entendeu, pela maioria dos seus membros, a importância, uma vez que os Projetos já tramitam nesta Casa há praticamente 30 dias e já são do conhecimento de todos. Ele não entendia assim, porque seria necessária uma discussão maior, mas se rendia ao desejo manifestado pela maioria dos seus liderados e aceitava que essas matérias fossem votadas.

Portanto, Deputado Humberto Bosaipo, eu quero dizer que são atitudes como essas que fazem com que a sua presença, nesta Casa, cada vez mais, marque espaço. Mostra por que V. Ex<sup>a</sup> ocupa o cargo de Líder, e muito bem! E V. Ex<sup>a</sup> sabe que poderia - se insistisse naquela posição - obstruir todas as matérias aqui, pela própria presença das Comissões e pela própria facilidade, às vezes, que o Regimento Interno dá àqueles que conhecem o Regimento Interno. E V. Ex<sup>a</sup> é um *expert* no Regimento Interno desta Casa!

Eu me sinto satisfeito porque foi manifestado aqui o desejo de todos de que as matérias sejam apreciadas, discutidas e votadas. Aprová-las ou não, vai depender do debate, do entendimento, da busca do entendimento entre os Deputados desta Casa. E é claro que o Governo vai buscar aprovar todas as matérias, porque para isso encaminhou-as para a Casa, e entende que elas são, sim, importantes, não para o Governador, não para um Secretário em especial, mas para todo o Estado de Mato Grosso.

Eu quero, realmente, concordar com o Deputado Humberto Bosaipo, Sr. Presidente, de que se estabeleceu um novo tempo aqui nesta Casa com V. Ex<sup>a</sup> na Presidência e com o Deputado Nico Baracat na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, pois, pela primeira vez, a Assembléia Legislativa, nas matérias polêmicas, faz ser usual, e não extraordinária, a vinda de técnicos do Governo, que se dispõem ao debate, que vêm enfrentar a opinião daqueles que, inclusive, sentem os seus interesses contrariados, em função das matérias aqui colocadas, mas que não fogem do debate, não fogem da informação, não fogem da responsabilidade de Governo, de vir aqui e tentar esclarecer, a todos quantos se mostrarem interessados a importância, o papel de cada uma das Mensagens.

A presença do Secretário Maurício Magalhães nesta Casa, nas vezes em que aqui foi solicitado, da equipe econômica do Governo, representada pelos Secretários Valter Albano, Fausto Farias, Pedro Calmon, Guilherme Müller - e por outros que para cá vieram -, mostra o desejo do Governo de dar transparência às matérias aqui colocadas. Concordar com elas é um outro problema, que faz parte da discussão plenária, que faz parte da defesa da

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

posição de cada Deputado! Mas não se pode negar aqui a presença do Governo no sentido de buscar esclarecer e dar informações aos Deputados sobre a importância da prestação de contas dos seus atos.

Eu concordo plenamente, Sr. Presidente. A Liderança do Governo de forma alguma contesta a solicitação do Deputado Humberto Bosaipo, no sentido de que fique para amanhã a apreciação da matéria dos precatórios e da matéria da Previdência, que é a Mensagem nº 34. A dos precatórios é a de nº 14. Então, Mensagens nºs 14 e 34.

Eu quero aproveitar o momento para formalizar o que já havia dito informalmente à maioria dos Srs. Deputados, o pedido de retirada da Mensagem nº 22, que dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna, e dá outras providências. Essa matéria recebeu na Comissão de Constituição e Justiça um Substitutivo de autoria do Deputado Benedito Pinto, e voltará ao Governo. O Governo entende que algumas coisas ainda têm que ser discutidas e se dispõe a continuar conversando, em busca de um aperfeiçoamento ainda maior para que ela possa ser, posteriormente, apreciada nesta Casa.

Portanto, Srs. Deputados, eu acredito que vamos, nesses dois dias, ter a grande oportunidade de estabelecer aqui mais um debate. Aquele que entendo que será o último grande debate desta Legislatura, daqueles Deputados que aqui tomaram posse em 1º de fevereiro de 1995, e que vão encerrar o seu mandato quatro anos depois, dando oportunidade aos novos, àqueles que foram eleitos e que estão aguardando, também, o dia 1º de fevereiro para a sua posse.

Será também a oportunidade de, mais uma vez, tenho certeza, haver a confraternização, a relação amistosa, o respeito pelo debate das posições aqui assumidas, porque não significa, necessariamente, que nós precisamos, a Assembléia, fazer com que isso seja exercitado a cada instante. Que haja divergências, sim, mas não se pode jamais perder o respeito pelo companheiro, pelas idéias que ele aqui defende! Isso é fundamental! É esse respeito que constrói esse Parlamento, e nos dá oportunidade até, sendo derrotados na propositura, de aceitar a maioria, a vontade da maioria - e esse é o processo democrático!

Tenho certeza, Deputado Riva, que esse final, que também marca a minha despedida desta Casa, que marca a despedida de quem veio para cá em 92 - como primeiro suplente, na condição que assumo em Brasília no início do mês de fevereiro -, mas que me deu oportunidade de crescer nesta Casa, de aprender a respeitar os seus servidores, os seus funcionários, as pessoas que, na verdade, fazem parte deste Poder Legislativo.

Este é o Parlamento de Mato Grosso. Tão criticado às vezes, mas que é, sem dúvida, a grande instituição aberta ao seu povo, porque aqui não há segredos! As coisas aqui não são tratadas na escuridão! Todas as questões desta Assembléia Legislativa são mostradas, visceralmente, todos os dias pela imprensa do nosso Estado. E ainda assim são esses Deputados que, a cada instante, vêm aqui defender as suas posições.

E eu quero lembrar, Sr. Presidente, que nos quatro anos desta Legislatura a Assembléia Legislativa - e eu tive a oportunidade de no ano mais difícil do Governo Dante de Oliveira, que foi o ano de 95, também ser o seu Líder - em momento algum se recusou a apreciar qualquer que fosse a Mensagem do Executivo, Deputado Batico, e não me lembro, não me lembro que alguma Mensagem tenha sido rejeitada aqui, sendo do interesse do Estado de Mato Grosso.

Sempre a Oposição colocou as suas razões! Sempre a Oposição colocou com clareza as suas confrontações, os seus desgostos em relação àquilo que para cá vinha. Mas ela

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

jamais se furtou ao debate, a votar e apresentar emendas que pudessem aperfeiçoar, cada vez mais, a Legislação que compõe hoje este Estado de Mato Grosso.

Portanto, vamos à luta! Vamos votar as Mensagens que aí estão. E eu tenho certeza de que, mais uma vez, quem ganha é o Estado de Mato Grosso, a sua gente! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE - Gostaria de informar aos Srs. Deputados que, a pedido do Líder da Bancada de Oposição, Deputado Humberto Bosaipo, com a concordância da Liderança do Governo, as Mensagens n° 14 e n° 34 começarão a ser debatidas na Sessão de amanhã. E, também, quero enaltecer a posição dos Srs. Líderes e dos Srs. Deputados que estão cumprindo com o objeto da convocação, que é a apreciação das matérias. E sempre foi a disposição da Presidência apreciar todas as matérias que chegam a esta Casa!

Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei n° 201/98, Mensagem n° 41/98, de autoria do Poder Executivo, que cria o cargo, de natureza especial, de Procurador-Geral da Defensoria Pública, estabelece os subsídios dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, que reúna a mesma em plenário para emitir parecer a respeito da matéria.

O SR. NICO BARACAT - Reunida em plenário a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, para emitir Parecer à Mensagem n° 41/98, que cria o cargo, de natureza especial, de Procurador-Geral da Defensoria Pública, estabelece o subsídio dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Avoco, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a relatoria do referido Projeto e acato uma Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Paulo Moura, que amplia de quinze para quarenta e cinco os cargos de Defensor Público de 1ª Entrância.

Com a Emenda, Sr. Presidente, somos de Parecer favorável à tramitação do presente Projeto. Passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Humberto Bosaipo...

Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo, para fazer sua declaração de voto.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Com a anuência de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, o Líder do Governo quer dar explicações à Comissão sobre a matéria, e eu fico ao abrigo de sua aquiescência.

O SR. NICO BARACAT - Com a palavra, o Deputado Ricarte de Freitas, Líder do Governo e membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Deputado Nico Baracat, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Srs. Deputados, eu fiz questão de esclarecer o meu voto - que é favorável à matéria, concordo com o Relator -, mais para esclarecer alguma coisa, para que não parem dúvidas sobre a Emenda de autoria do Deputado Paulo Moura, e que não aparente que ela está criando mais cargos dentro da carreira, nessa Mensagem.

Na verdade, essa Procuradoria de Defensoria Pública passa a existir agora. Foi feito um concurso e foram aprovados noventa e cinco defensores públicos. Esses defensores têm que preencher esses cargos. Então, tem quinze de 1ª Entrância; quinze de 2ª Entrância; quinze de 3ª Entrância. E dentro do que está previsto no Art. 40 da Lei Complementar n° 07,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

são dezesseis cargos de Procurador da Defensoria Pública; vinte e dois de Entrância Especial; dez de defensor de 3ª Entrância; trinta e dois de defensor público de 2ª Entrância; quinze cargos de defensor público de 1ª Entrância, que é este caso.

Quer dizer, na verdade, o que aconteceria se não fosse essa Emenda de autoria do Deputado Paulo Moura? Seriam chamados quinze e eles já seriam imediatamente promovidos para preencher a entrância seguinte. E mais quinze, que imediatamente seriam promovidos. E o que propõe o Deputado Paulo Moura? Que, entrando inicialmente quarenta e cinco, significa exatamente economia para o Estado, porque aí, sim, o quadro vai estar completo, o que é o espírito do próprio Governo. Portanto, eu quero...

(O SR. DEPUTADO PAULO MOURA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. RICARTE DE FREITAS - Sim. A ascensão só será feita por merecimento ou por tempo de serviço, o que refletirá, sem dúvida nenhuma... Porque senão já se preencheria, numa única tacada, os noventa e cinco cargos da Defensoria Pública. E o que é que se pretende com essa Emenda do Deputado Paulo Moura? Exatamente, dar um melhor preenchimento dentro desses cargos, que é, sem dúvida alguma, também o espírito da lei, que vem melhorar e muito a Mensagem do Governo.

Portanto, o meu voto é favorável, com a emenda, conforme foi o voto do Relator.

O SR. NICO BARACAT - O Deputado Ricarte de Freitas vota com o Relator; Deputado Humberto Bosaipo...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, o nobre Líder do Governo antecipou exatamente as minhas colocações. Mas eu quero aproveitar o encaminhamento de votação para dizer da necessidade de se aprovar essa matéria e, imediatamente, se instalar a Defensoria Pública do Estado. O que é o Defensor Público, o que é a figura do Defensor Público? É exatamente aquele advogado dativo do Estado, que responde pelas pessoas que não têm condições de pagar honorários advocatícios. O Defensor Público dá assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos necessitados.

Eu tive a honra de ser Defensor Público e fiz estágio no Fórum Criminal de Cuiabá como advogado dativo. A Prática Forense I e II, da Universidade Federal, nos dava condições de optar por ser Defensor Público, e com muita honra eu fui Defensor Público. Realizei, como Defensor Público, inúmeros júris populares na Comarca de Cuiabá, e alguns no interior, sem nenhum tipo de remuneração, porque era dativo e era Defensor Público, quando eu pude ter uma base jurídica, principalmente na área criminal, ajudando as pessoas necessitadas. As pessoas, inclusive, retornaram em apoio às minhas candidaturas, pessoas que eu nem esperava, absolvidas às vezes no júri, com prisões relaxadas - às vezes até ex-presos, que nós soltamos como Defensor Público.

Além disso, a Defensoria Pública está apta a orientar e dar assistência judiciária aos usuários de bens, de serviços finais, ao Sistema Estadual de Defesa ao Consumidor. Nunca, como agora, a defesa do consumidor foi tão necessária para o País, principalmente para a estabilidade da moeda.

O Sistema de Defesa do Consumidor tem avançado em todo o País! E é também um dos objetivos da Defensoria Pública exercer, quando se trata de réu pobre, as atribuições de Procurador, de ofício, junto aos Conselhos de Justiça Militar e Juizado de Pequenas Causas. É o mais comum no País. As pessoas, às vezes, e quase sempre, não têm advogados, não só o civil como também o militar, na Justiça Militar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

Ela assiste judiciariamente os menores de situação irregular ou de risco, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério Público. Isso é muito comum, principalmente porque o País, de uns três anos para cá, começa a combater veementemente a prostituição infantil e as drogas - principalmente a cola de sapateiro que é comum e usual entre as crianças do País.

Além disso, a Defensoria Pública tem assento nos órgãos colegiados estaduais, cuja atividade guarda relação direta com os direitos individuais e sociais. Qualquer direito individual, qualquer direito social violado há de ter um Defensor Público respondendo pela sociedade. Também estão aptos a solicitar de autoridades estaduais, ou de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e as providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

Muitas vezes, e aqui já foi debatido esse tema, uma moça pobre engravida e não tem como recorrer, não tem como requerer o exame de DNA. Aí entra a Defensoria Pública, aí está o papel do Defensor Público, dando assistência, principalmente às pessoas pobres. E eu estou citando apenas um caso. Quando as pessoas são despejadas de suas casas, de seus lotes, se envolvem em acidentes automobilísticos, o que é muito comum, se as pessoas não tiverem advogados para defendê-las, esse será o papel do Defensor Público. E, no momento atual, em que os assentamentos de terra, tanto urbanos como rurais, são constantes, faz-se extremamente necessária a figura do Defensor Público.

Exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, visitar as cadeias, as delegacias, as penitenciárias...

Há denúncias de que às vezes os presos estão sendo torturados, direitos humanos estão sendo violados, eles estão passando fome e doentes... Esse é o papel do Defensor Público: fiscalizar e também exercer as demais atribuições que são reguladas por Lei - que é a Lei Complementar nº 07, de dezembro de 1990.

Aliás, Sr. Presidente, o Deputado Paulo Moura, na Legislatura passada e nesta Legislatura, apresentou um abaixo-assinado dos presos das penitenciárias de Mato Grosso. Encaminhou esse abaixo-assinado a esta Casa, nele os presos pediam a criação da Defensoria Pública. Havia uma necessidade premente de se dar essa assistência e eu creio que agora nós podemos cobrar do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, a Emenda de autoria do Deputado Paulo Moura é providencial exatamente para preencher essa lacuna da Lei aqui remetida...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre orador que o seu tempo já se encontra esgotado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - E, como Bacharel em Direito, como ex-Defensor Público, sinto-me honrado em aprovar este Projeto que irá beneficiar as pessoas pobres.

O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. NICO BARACAT - O Deputado Humberto Bosaipo vota com o relator; Deputado Roberto Nunes...

O SR. ROBERTO NUNES (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Nobre Deputado Nico Barocat, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Até que enfim, nobre Deputado, Srs. Deputados, esta Casa cria a figura do Defensor Público. Quantos estão presos na penitenciária, esperando por um Defensor Público dativo, nomeado pelo Governo, nomeado *ad hoc* pela OAB.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

Sr. Presidente, a partir deste ano, graças a Deus, esses cidadãos terão o direito de apresentar as suas defesas, como bem disse aqui o Bacharel em Direito, meu colega advogado, Deputado Humberto Bosaipo, que também foi Defensor Público. Eu também participei, nobre Presidente da Comissão, como estagiário e como Defensor Público. Nós advogados sabemos da necessidade de criação desse cargo.

Eu quero cumprimentar aqui o Deputado Paulo Moura, que foi um batalhador, desde o início deste mandato, pela criação dessa Defensoria Pública. Não é o momento de estarmos aqui discutindo essa matéria, Sr. Presidente.

Nós queremos, ainda, parabenizar o Governador Dante de Oliveira, que entendeu a necessidade dessa reivindicação que foi não só dos presos, mas desta Casa, da Assembléia Legislativa, que lutou muito, através do Deputado Paulo Moura, do Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado Lincoln Saggin, do Deputado Luiz Soares, Presidente do PSDB, e de outros Deputados, pela criação e instalação da Defensoria Pública.

Nós votamos favorável, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ao seu Parecer e também à Emenda de autoria do Deputado Paulo Moura, que, tenho certeza, vem ilustrar ainda mais esse Projeto de Lei, beneficiando, assim, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. É uma luta da Assembléia, entendida pelo Governador Dante de Oliveira, que no momento exato cria a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, tão esperada pelo povo mato-grossense.

Portanto, voto favorável e acompanho o voto de V. Ex<sup>a</sup>, com a Emenda de autoria do Deputado Paulo Moura.

O SR. NICO BARACAT- O Deputado Roberto Nunes vota com o Relator. Deputado Moisés Feltrin (COM O RELATOR).

Portanto, Sr. Presidente, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável ao Projeto, com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Wilson Santos, que dispõe de vinte minutos, em função da matéria ser em regime de urgência.

O SR. WILSON SANTOS - Não usarei nem três minutos, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que eu voto favorável, com louvor, a essa matéria.

A busca da tutela jurisdicional, por parte dos carentes, é uma luta que a OAB e os setores mais populares da sociedade têm procurado, constantemente, organizar. Não que os julgados estejam sendo analisados como tal, sem direito à defesa. Todos os que estão sendo julgados, estão sendo julgados com direito à defesa. E é por isso que a Justiça demora, porque a estrutura do Poder Judiciário é extremamente pequena para as necessidades.

Com a criação da Defensoria Pública, com certeza, o Poder Judiciário estará sendo socorrido e a tramitação dos processos será mais rápida, desafogando, significativamente, os escaninhos do Poder Judiciário.

É importante que registremos aqui, por uma questão de justiça, mesmo estando ausente, o trabalho importante de uma colega Deputada, que foi uma das que primeiro apresentou esse Projeto aqui, que é a Deputada Zilda Pereira de Campos. Apesar de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

sua ausência, eu não poderia deixar de registrar. Ela foi autora também de um Projeto, de uma Indicação, solicitando ao Governador a implantação da Defensoria Pública.

Então, em nome da colega Deputada Zilda, que não se faz presente, eu gostaria que os Anais desta Casa registrassem o seu empenho, a sua luta, a sua dedicação. E também dos Deputados Paulo Moura e José Lacerda, que aperfeiçoaram a Mensagem Governamental, tornando-a mais eficaz, mais atualizada. E lembrar das audiências públicas que foram feitas também... Os Deputados Eliene e Paulo Moura enriqueceram a necessidade dessa matéria.

Então, com certeza, aqueles cidadãos que cometeram crime de alguma ordem e que aguardam em delegacias, ou no Presídio do Carumbé, ou em outros locais, que são presídios de transição, e os que não cometeram, mas que ainda irão cometer, Deputado Chico Daltro, já tem aí mais um álibi, que não sejamos nós...

Então, eu quero só registrar, Sr. Presidente, o voto com louvor, porque a Defensoria Pública é uma conquista da OAB, da sociedade, dos advogados, dos centros de defesa de direitos do cidadão; enfim, de todos que lutaram e sonharam dar mais esse instrumento ao cidadão. Nós não poderíamos deixar de registrar...

Parabéns ao Governo do Estado, que teve a sensibilidade de encaminhar essa matéria para que realmente fossem aperfeiçoados os mecanismos de garantia da devida tutela jurisdicional a qualquer cidadão, mesmo àqueles mais humildes, que carecem, verdadeiramente, das condições financeiras para se defenderem.

Eu já vi, Deputado Batico de Barros, alguns casos em que os recursos econômicos parcos de uma família tiveram como resultado uma condenação muito maior que se tivessem condições de ter um bom advogado, ou mesmo um Defensor Público que tivesse tempo suficiente para se preparar para aquela defesa. Então, uma defesa mal feita, corrida, à queima-roupa, fez e faz com que muitos neste País afora recebam penas muito superiores àquelas devidas. Infelizmente, muitos estarão, ainda, cumprindo penas, porque se tivesse uma Defensoria Pública com tempo, com preparo suficiente, estariam já na rua, ressocializados e reintegrados à sociedade.

Parabéns ao Governo do Estado, porque assim como nós vimos aqui “cobrar duro” do Governo do Estado, criticar com dureza, com firmeza, nós temos a grandeza, também, de estar aqui nesta tribuna para parabenizar o Governo quando ele acerta, quando faz alguma coisa de bem e de correto para a sociedade, porque essa é a razão maior da existência do Estado.

Muito obrigado e parabéns pela tramitação da matéria e pelo bom senso das Lideranças, que entenderem que nós temos condições suficientes para, amanhã à noite, encerrarmos este período de convocação extraordinária, com todas as matérias votadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei Complementar nº 09/98, Mensagem nº 37/98, que altera redação do inciso I do Artigo 121 e suprime o inciso V do Artigo 122, ambos da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998, e dá outras providências.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, que reúna a mesma em plenário para emitir parecer a respeito da matéria.

O SR. NICO BARACAT - Reunida em plenário a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, para emitir Parecer à Mensagem nº 37/98, convidamos o Deputado Humberto Bosaipo para Relatar a presente Mensagem...

Nós gostaríamos de pedir a atenção dos Srs. Deputados com relação aos Projetos que estão tramitando na Comissão.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO (RELATOR) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em mãos, para a emissão de Parecer oral, a Mensagem nº 37/98, que altera a redação do Inciso I do Artigo 121 e suprime o Inciso V do Artigo 122, ambos da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998.

Sr. Presidente, a matéria foi amplamente discutida na Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos aqui, por solicitação do Deputado Paulo Moura, acoplando uma Emenda Supressiva ao Artigo 2º do Projeto de Lei Complementar, que é o Projeto em tela.

Com a Emenda Supressiva, sou favorável à aprovação da matéria.

O SR. NICO BARACAT - Com o Parecer favorável do Relator, passemos a colher os votos dos demais membros da Comissão: Deputado Ricarte de Freitas (COM O RELATOR); Deputado Roberto Nunes (COM O RELATOR); Deputado Moisés Feltrin (COM O RELATOR). Esta Presidência também vota com o Relator.

Portanto, aprovada a Mensagem nº 37/98 na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei Complementar nº 11/98, Mensagem nº 42/98, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 13 de janeiro de 1993, e dá outras providências.

Remeto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, para emitir Parecer em Plenário.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, solicitamos a suspensão da Sessão por cinco minutos para que a Comissão possa emitir Parecer com relação ao presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE - Oportuno o pedido do Deputado Nico Baracat, e nós suspenderemos por vinte minutos.

A Srª Serys Silhessarenko (FALA DE SUA BANCADA) - Cinco!

O SR. PRESIDENTE - Por vinte minutos, já que tem também uma outra matéria, e como nós vamos “tocar” a Sessão, os Srs. Deputados estão convidados a fazer um lanche.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 20:23 HORAS E REABERTA ÀS 20:45 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Continua em discussão, Projeto de Lei Complementar nº 11/98, Mensagem nº 42/98, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 13 de janeiro de 1993, e dá outras providências.

Remeto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, para emitir Parecer em Plenário.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos a Mensagem nº 42/98, para emitir Parecer, ao Deputado Moisés Feltrin.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos aos Srs. Deputados que a Comissão de Constituição e Justiça está reunida em plenário.

O SR. MOISÉS FELTRIN (RELATOR) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nico Baracat, V. Ex<sup>a</sup> teve a habilidade, como Presidente da referida Comissão, de convocar os representantes da Polícia Militar e o Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado para fazerem as explanações e participarem das discussões, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, no Auditório Milton Figueiredo desta Casa.

É uma matéria pacífica e, inclusive, já há o acordo das Lideranças para a tramitação da mesma. Portanto, o nosso Parecer é favorável à tramitação da matéria com a Emenda Supressiva do Deputado Lincoln Saggin, que altera o Artigo 27 da Lei Complementar nº 26.

O SR. NICO BARACAT - Com o Parecer favorável do Relator, Deputado Moisés Feltrin, passemos à coleta de votos: Deputado Humberto Bosaipo (COM O RELATOR); Deputado Ricarte de Freitas (COM O RELATOR); Deputado Roberto Nunes (AUSENTE); Deputado Wilson Santos...

O SR. WILSON SANTOS (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Eu me abstenho de votar, Sr. Presidente.

O SR. NICO BARACAT - O Deputado Wilson Santos se abstem de votar. Deputado Benedito Pinto (COM O RELATOR). Esta Presidência também vota com o Relator.

Portanto, aprovado por unanimidade, com a Emenda, na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

A Presidência solicita às Lideranças Partidárias desta Casa que indiquem os nomes dos Deputados que vão compor a Comissão Especial para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 09/98, que encaminha a Mensagem nº 37/98.

Solicito às Bancadas com direito a indicação que, se possível, façam a indicação ainda hoje para apreciarmos a matéria em 2ª discussão.

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Pela Liderança do PMDB, indicamos o nobre Deputado Batico de Barros para compor a Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE - O PMDB indica o Deputado Batico de Barros.

A Presidência solicita, se possível, o pronunciamento das demais Bancadas.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o nobre Deputado Rene Barbour.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
**DIA 14 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 18:00 HORAS.**

---

O SR. RENE BARBOUR - Pela Liderança do PSDB, indicamos o nobre Deputado Novelli para compor a Comissão Especial.

O Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Rene Barbour ainda tem direito a uma nova indicação, porque são dois membros.

O SR. RENE BARBOUR - Indico ainda, Sr. Presidente, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. PRESIDENTE - Indicado, portanto, pelo PSDB, os Deputados Novelli e Roberto Nunes.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, pela Bancada do PFL.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Indicamos o Deputado Benedito Pinto e o Deputado Lincoln Saggin.

O SR. PRESIDENTE - Indicados, pelo PFL, o Deputado Benedito Pinto e o Deputado Lincoln Saggin.

Portanto, fica composta dessa forma a Comissão Especial.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para as 21:05 horas.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Lincoln Saggin, Humberto Bosaipo e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Roberto Nunes, Chico Daltro, Novelli, Riva, Rene Barbour e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, José Lacerda, Pedro Satélite, Baticó de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos e Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Emanuel Pinheiro e Romoaldo Júnior, do PFL; Luiz Soares, do PSDB; Zilda, do PDT.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio